

TEORIAS CURRICULARES PRESENTES

Amade Ajuda Gulué¹

Ivo Ernesto Sempre²

RESUMO

Desde as perspectivas tradicionais até as teorias pós-críticas levam em consideração o processo de construção do currículo e sua relação com as desigualdades sociais e aspectos diversos acerca da identidade cultural, étnica, de género, etc. Entende-se que as teorias do currículo se constituem como uma ferramenta de grande importância para entender-se os processos de ensino-aprendizagem e suas formas de organização. O presente artigo científico tem como objectivo analisar acerca das teorias curriculares. A importância do tema é essencial na análise do currículo e por meio dela pode-se compreender a educação perante uma perspectiva nova, tendo uma visão mais ampla para além dos objectivos de transmissão e reprodução de conteúdos, bem como compreender que o currículo é repleto de conceitos e significações, que compreende relações tanto de poder quanto de espaço. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: currículo; teoria curricular; Ensino-aprendizagem; Desigualdades Sociais.

ABSTRACT

From traditional perspectives to post-critical theories, they take into account the curriculum construction process and its relationship with social inequalities and different aspects of identity - cultural, ethnic gender, etc. It is understood that curriculum theories constitute a tool of great importance for understanding teaching-learning processes and their forms of organization. This scientific article aims to analyze curricular theories. The importance of the theme is essential in the analysis of the curriculum and through it it is possible to understand education from a new perspective, having a broader vision beyond the objectives of transmission and reproduction of content, as well as understanding that the curriculum is full of concepts and meanings, which comprises relations of both power and space. This is a bibliographical research.

Keywords: curriculum; curriculum theory; Teaching-learning; Social differences.

INTRODUÇÃO

Entende-se que o currículo escolar compreende não apenas os conteúdos, habilidades e competências a serem desenvolvidas, tendo em vista que ele e através dele se materializa a experiência, as vivências, as crenças, as representações e os saberes de uma comunidade,

¹ Licenciado em ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica de Quelimane. Actualmente Professor de Geografia na escola Secundária Joaquim Alberto Chissano de Gilé. Email: gamadeajuda@gmail.com.

² Licenciado em Informática, professor, exercendo as funções de planificador no SDPI - Muecate. Email: sempre@sapo.mz.

em especial, a comunidade escolar. Portanto, o currículo faz parte das práticas culturais e simbólicas, influenciando e sendo influenciado pelos diversos processos de formação de subjetividades e construção da identidade.

O presente artigo científico, como tema as teorias curriculares, ele explora as teorias curriculares e as relações que se estabelecem entre currículo, escola e sociedade. É conhecida a estreita relação entre currículo e escola, porém, o tema é de extrema importância visto que analisa a respeito das influências exercidas na sociedade através das práticas curriculares empregadas nas instituições de ensino. Nesse sentido, artigo analisa as estruturas e conceitos das teorias curriculares e a maneira como cada uma delas influencia na percepção crítica do indivíduo.

O tema justifica-se pela relevância constante de reflexão da prática pedagógica, como educadores, gestores e demais profissionais da educação, tendo em vista que estudar o currículo é compreender a formação do aluno, a função social da escola é a própria construção do conhecimento.

A pesquisa foi realizada através de levantamentos bibliográficos de autores que previamente escreveram sobre o tema. Tem caráter qualitativo, afinal busca aprofundamento e descrição, elaborando uma compreensão mais detalhada, baseada em diversas particularidades envolvidas.

TEORIAS CURRICULARES PRESENTES

Conceitos

De acordo com Gonçalves (2012, p.15) “o currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir precisamente o currículo”. Nesse sentido, aquilo que constitui o currículo é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes.

Conforme Lopes (2006, p. 30):

o currículo se tece em cada escola com a carga de seus participantes, que trazem para cada ação pedagógica de sua cultura e de sua memória de outras escolas e de outros cotidianos nos quais vive. É nessa grande rede cotidiana, formada de múltiplas redes de subjetividade, que cada um de nós traçamos nossas histórias de aluno/aluna e de professor/professora. O grande tapete que é o currículo de cada escola, também sabemos todos, nos enreda com os outros formando tramas diferentes e mais belas ou menos belas, de acordo com as relações culturais que mantemos e do tipo de memória que nós temos de escola.

Percebe-se claramente que o currículo é flexível, maleável de acordo com as características sociais, culturais e identitárias, pois depende, em parte, dos processos de subjetivação, tendo em vista os múltiplos caminhos e itinerários formativos construídos ao longo do processo educacional.

para Sacristán (2000), o "currículo deve ser compreendido como um processo que envolve uma multiplicidade de relações, abertas ou tácitas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à acção, das decisões administrativas às práticas pedagógicas, na escola como instituição e nas unidades escolares especificamente. Para compreendê-lo e, principalmente, para elaborá-lo e implementá-lo de modo a transformar o ensino, é preciso refletir sobre grandes questões " (p. 27).

O currículo deve ser entendido numa perspectiva prática que envolve diversas dimensões, desde decisões administrativas até a práxis pedagógica, levando em conta os itinerários formativos, múltiplos, diversos e subjetivos. Essa reflexão nos leva a uma concepção de currículo ligada àquilo que realmente se efetiva nas escolas, ou seja, aos saberes produzidos no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Amorim (2010) afirma que "a parte da noção de que o currículo é "aquilo que ocorre nas escolas e salas de aulas como resultado da interação entre os sujeitos do ato educativo e o objeto de conhecimento, entende-se que este artefacto está em complexas relações de poder" (p. 456). Também o mesmo autor diz que o currículo é concebido como uma produção social, como um artefacto que expressa a construção coletiva daquela instituição e que organiza o conjunto das experiências de conhecimentos a serem proporcionados aos educandos. Essa produção social, portanto, só pode ser pensada e organizada de forma coletiva, por toda a comunidade escolar (Amorim, 2010, p. 457).

As teorias curriculares

Tendo em vista a multiplicidade de concepções existentes acerca do currículo, e a complexo objectivo de definir, as principais teóricas são: as teorias tradicionais, as teorias críticas e as teorias pós-críticas.

Currículo Tradicional

As teorias tradicionais de currículo são baseadas em modelos tradicionais cuja discussão não visam problematizar as instituições de ensino, nem os processos de configuração da vida social na sua relação com a construção do currículo e do processo de ensino-aprendizagem. Essa perspectiva produz um apagamento acerca das questões económicas, políticas e culturais que culminam na elaboração de um currículo apenas como conjunto de

conteúdos que devem ser ministrados, apagando as discussões sobre a estrutura social que determina aquilo que deve ou não ser ensinado e os porquês dessa seleção.

No geral, esse modelo de currículo está centrado em questões técnicas e é baseado numa perspectiva fabril, de monitoramento e controle dos envolvidos no processo educacional. Assim, pode-se dizer que as teorias tradicionais colocam o currículo nos moldes do sistema capitalista.

Na perspectiva de Silva (2010, p. 148):

O currículo é capitalista. O currículo reproduz – culturalmente- as estruturas sociais. O currículo tem um papel decisivo na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista. O currículo é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político.

As teorias curriculares tradicionais têm como ponto de partida a primeira metade do século XX, tendo força no contexto norte-americano ao serem impulsionadas por figuras como John Franklin Bobbitt (1876-1956).

Para Silva (2009):

Bobbitt propunha que a escola funcionasse da mesma forma que qualquer outra empresa comercial ou industrial. Tal como uma indústria, Bobbitt queria que o sistema educacional fosse capaz de especificar precisamente que resultado pretendia obter, que pudesse estabelecer métodos para obtê-los de forma precisa. (p. 23):

As práticas pedagógicas existentes nesse modelo curricular são baseadas na transmissão de conhecimentos, sendo o professor a figura do emissor, e o aluno o receptor, algo que mais tarde seria conhecido como educação bancária (Freire, 1987). O educador, aqui, deve ser o detentor de todo o conhecimento e lhe cabe a tarefa de transmiti-lo, comumente se valendo do método expositivo. Como consequência dessa transmissão burocrática do conhecimento, a avaliação torna-se apenas um teste de memória para o aluno, onde pouco importa a sua real absorção do conteúdo e sim seu resultado na prova escrita.

É de salientar que as teorias tradicionais se desenvolvem nos moldes do sistema capitalista baseados na reprodução, no controle e monitoramento da produção.

As teorias críticas

Durante a década de 60, em meio a efervescência dos movimentos sociais e da contracultura, surgem as teorias críticas do currículo, se opondo de maneira direta a visão pragmática de educação empregada pelos aspectos tradicionais do currículo. Baseados em uma perspectiva marxista, os teóricos buscavam a compreensão da real função do currículo,

e como era aplicado. Nesse contexto, o capitalismo surge como mais um integrante do cenário educacional, explicitando a relação entre a escola e a área político - econômica.

Para Silva (2009) explica que:

A escola contribui para esse processo não propriamente através do conteúdo explícito de seu currículo, mas ao espalhar, no seu funcionamento, as relações sociais do local de trabalho. As escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados tendem a privilegiar relações sociais nas quais, ao praticar papéis subordinados, os estudantes aprendem a subordinação. Em contraste, as escolas dirigidas aos trabalhadores dos escalões superiores da escala ocupacional tendem a favorecer relações sociais nas quais os estudantes têm a oportunidade de praticar atitudes de comando e autonomia". (p. 33)

A escola passa a ter um comportamento excludente perante aos menos favorecidos, imposta pela classe dominante através das práticas metodológicas que servem apenas a seus interesses, criando um sistema seletivo, onde o indivíduo, de maneira implícita é motivado a evadir da escola antes de chegar ao nível de aprendizado dos alunos pertencentes a elite. Segundo Silva (2010) aponta alguns movimentos que modificaram e/ou trouxeram uma nova visão de currículo, tais como:

Os movimentos de independência das antigas coloniais europeias; os protestos estudantis na França e em vários outros países; a continuação do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos; os protestos contra a guerra do Vietnã; os movimentos de contracultura; o movimento feminista; a liberação sexual; as lutas contra a ditadura militar no Brasil." (p.29)

Esses movimentos trouxeram à tona a discussão sobre as diversas formas de opressão e colonização do outro, suscitando uma discussão sobre os marginalizados na sociedade, principalmente, sobre a pobreza e desigualdade social, incluindo, aqui, àquelas materializadas pelo currículo escolar em que predomina a língua, a cultura e os saberes das classes privilegiadas economicamente.

Entretanto, a reconceptualização não obteve êxito ao tentar aliar os aspectos fenomenológicos e marxistas, pois como afirma Hornburg e Silva (2007, p.63):

Embora tenham tentado identificar tanto as teorias marxistas como as ligadas à fenomenologia com o movimento reconceptualista, os pensadores ligados às ideias marxistas não queriam muito essa identificação em virtude do aspecto estritamente subjetivo de sua teoria.

As teorias críticas do currículo surgem como uma alternativa para compreensão do processo de ensino aprendizagem e dos saberes e competências que perpassam o currículo. Colocam-se no lugar da crítica dos conhecimentos até então naturalizados no currículo, entendido, aqui, não apenas como conteúdos, objetivos, competências, metodologias, etc.,

mas como uma práxis pedagógica ligada à dinâmica da vida social, à luta de classes e, portanto, ligado à cultura.

Segundo Silva (2010) enfatiza ainda que essas teorias surgem como uma nova forma de conceptualização, como um movimento que critica a concepção tecnicista de currículo pensada pelos primeiros pesquisadores da área, tais como Bobbitt e Tyler. Portanto, as teorias críticas do currículo se constituíram/constituem a partir da insatisfação com o modelo de ensino vigente à época, como uma crítica ao modelo tecnocrático de currículo.

As teorias pós-críticas

o surgimento e desenvolvimento da teoria do currículo crítico, tem origem a teoria pós-crítica, caracterizada principalmente pela compreensão multiculturalista do currículo, rejeitando a ideia de superioridade cultural, em outras palavras, pregando a diversidade e condenando a dominação de uma cultura branca, heteronormativa e eurocentrista.

Para Silva (2010) diz que recebem esse nome por se configurarem como um avanço/aprofundamento das teorias críticas, aprofundando-se na discussão sobre currículo e desigualdade social, feminismos, gênero, etc. Desse modo, as teorias pós-críticas problematizam o progresso cultural e a hegemonia de determinados grupos étnicos e económicos.

O currículo nessa perspectiva amplia a discussão do tema, ganhando duas vertentes: a liberal/humanista e a crítica. As vertentes citadas apresentam em suas argumentações conflitos na concepção multicultural: enquanto a liberal/humanista almeja a convivência fraternal e harmoniosa entre as culturas, a crítica afirma que desse modo mudanças significativas nas estruturas de poder da sociedade jamais se alterariam, portanto, a proposta não é apenas ter um espaço concedido pela cultura dominante, mas reestruturar o sistema vigente (Hornburg; Silva, 2007).

Pode-se dizer que as teorias pós-críticas defendem o reconhecimento da pluralidade cultural e diversidade humana, elaborando uma concepção de currículo que dialoga com as categorias de identidade, alteridade e diferença. Nesse sentido, o currículo traz à tona a necessidade de formação humana integral em que seja possível o desenvolvimento da capacidade de olhar através do lugar social do outro, da capacidade de compreender e respeitar às diferenças étnicas, culturais, sexuais, etc.

Segundo Silva (2009) afirma que nas teorias pós-críticas a desigualdade não provém apenas de aspectos económicos envolvendo a luta de classes, o horizonte de discussão se torna mais amplo, abrangendo questões que abordam temas como: gênero, raça e sexualidade.

Dentro desses questionamentos, o feminismo surge como um agente crítico a cultura patriarcal, ou seja, combate a visão do homem como figura dominante sobre a mulher.

Pacheco (2017, p. 2805) observa:

No início essa problemática estava ligada a questão do acesso, ou seja, o acesso à educação era desigual para homens e mulheres, e dentro do próprio currículo, havia distinções entre as disciplinas que eram consideradas masculinas e as disciplinas que eram tidas como femininas. Com essas distinções, algumas profissões eram de exclusividades dos homens não oportunizando de igual maneira as mulheres.

Pode-se dizer que as teorias pós-críticas defendem o reconhecimento da pluralidade cultural e diversidade humana, elaborando uma concepção de currículo que dialoga com as categorias de identidade, alteridade e diferença. Nesse sentido, o currículo traz à tona a necessidade de formação humana integral em que seja possível o desenvolvimento da capacidade de olhar através do lugar social do outro, da capacidade de compreender e respeitar às diferenças étnicas, culturais, sexuais, etc.

CONCLUSÃO

A concepção tradicional é baseada numa visão técnica de conhecimento, na reprodução e no controle do processo de ensino-aprendizagem. Ela nega as questões em torno da seleção dos conteúdos, das habilidades e competências que devem ser desenvolvidas, privilegiando saberes hegemônicos, culturas e grupos sociais.

As teorias críticas, problematizam a visão técnica de currículo concebido apenas como seleção de conteúdos que devem ser transmitidos aos alunos. Contribui para pensar-se o currículo não apenas no sentido formal, como manual de conteúdos, objetivos, técnicas e metodologias, mas como uma prática diária atravessada nas práticas escolares. Outra contribuição importante dessa abordagem é o questionamento elaborado sobre as desigualdades sociais materializadas no currículo escolar, dando lugar a uma reflexão sobre formas de opressão e violência simbólica.

As teorias pós-críticas deslocam o currículo para uma concepção centrada na luta de classes e nas diversas desigualdades, apontando para a desnaturalização do currículo. Significando dizer que as teorias pós-críticas problematizam conteúdos, objetivos, metodologias e saberes naturalizados nas práticas escolares.

Dizer que as teorias pós-críticas do currículo colocam em evidência questões de ordem pós-estruturalista, reivindicando o lugar dos saberes, dos grupos e das identidades

marginalizadas; desnaturalizando saberes hegemônicos tradicionalmente materializados no currículo.

Suscita-se o papel da escola e do currículo no combate à opressão e à colonização do outro, priorizando uma concepção de ensino centrada na diferença e na diversidade social, cultural, étnica, de sexo, gênero e orientação sexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amorim, Ana Luísa Nogueira de. Educação infantil e currículo: compassos e descompassos entre os aspectos teóricos, legais e políticos. Espaço Currículo.

Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gonçalves, Natalia. Estudos Culturais e Currículo Multicultural. Buenos Aires.

Hornburg, N. Silva, R. Teorias Sobre Currículo: Uma análise para Compreensão e mudança. Santa Catarina.

Lopes, Alice C. Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez.

Pacheco, Eduardo. Aspectos Históricos Das Teorias Do Currículo. Curitiba, Anais electrónicos.

Sacristán, J.G; Pérez Gómez, A.I. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: ArtMed.

Silva, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Silva, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo. 3.ed. -1. Reimp – Belo Horizonte: Autêntica.

Silva, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica.